

# **SIMULADO** **2ª FASE**

**XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**



**Estratégia**  
**OAB**

Considerações Iniciais .....	3
Peça Prático-Profissional Proposta – Criada pelo Professor .....	4
Questão 01 – TJRJ/2011 - Adaptada .....	5
Questão 02 – Adaptada pelo Professor de uma Questão FGV – Concurso Analista - 2015.....	6
Questão 03 – Adaptada pelo Professor de uma Questão CESPE - 2015 .....	7
Questão 04 – Criada pelo Professor.....	9
Considerações Finais .....	10

# SIMULADO 01

---

## Considerações Iniciais

Olá meus amigos, tudo bom? Estão gostando do curso?

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões.

Estou à disposição dos senhores.

Grande abraço,

**Igor Maciel**



profigormaciel@gmail.com

**Convido-os a seguir minhas redes sociais. Basta clicar no ícone desejado:**



@ProfIgorMaciel

## Peça Prático-Profissional Proposta – Criada pelo Professor

João Rico, grande empresário da cidade de Itacoatiara/AM, resolve, em 20 de agosto de 2018, visitar sua querida filha Amélia que mora no Bairro de Ponta Negra, na cidade de Manaus. Ela, bela estudante de medicina da UFAM, convida o pai na data de sua chegada para passear pelo centro histórico da capital manauara e aproveitar o saboroso guaraná vendido por ambulantes no local.

Enquanto os dois degustavam tal guloseima, um automóvel da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Manaus conduzido pelo Sr. Marcos Silva, dedicado servidor do órgão, derrapa na via e acaba atropelando o Sr. João Rico, causando-lhe uma grave lesão na perna esquerda.

No momento do acidente, o Sr. Marcos Silva estava conduzindo de forma completamente irregular, desrespeitando o limite de velocidade para a via.

A perícia do DETRAN/AM constatou que o acidente fora ocasionado por culpa exclusiva do motorista que conduzia em velocidade superior ao permitido.

Indignado com o ocorrido, João Rico busca você cerca de 30 dias após o acidente levando vários documentos que demonstram gastos relativos ao tratamento hospitalar em um total de R\$. 500.00,00 (quinhentos mil reais).

Além disso, João Rico ficou impossibilitado de trabalhar durante 30 (trinta) dias, o que tem lhe causado transtornos de ordem psíquica.

Na qualidade de advogado de João Rico e considerando que todas as provas necessárias a demonstrar o alegado foram levadas pelo cliente, maneje a medida judicial adequada.

Lembre-se, contudo, que seu cliente não pode abrir mão de receber os valores que gastou com o tratamento médico.

## Questão 01 – TJRJ/2011 - Adaptada

Edital de concurso público para o cargo de delegado de polícia de determinado estado, com base em lei local, exige dos candidatos a altura mínima de 1,65m.

Josué reprovado no exame antropométrico, porque sua altura é abaixo da mínima exigida na lei local e no edital, ajuíza ação com a pretensão de continuar nas demais fases do concurso. Argumenta que essa exigência afronta o princípio da isonomia e apresenta-se desarrazoada.

Com base nestas informações, responda aos seguintes questionamentos:

- a) É possível o estabelecimento de limite de altura em concursos públicos? Quais os requisitos para tanto? [0,65]
  
- b) É possível o estabelecimento de idade máxima para concurso? Em que momento poderá ser demonstrada esta idade? [0,60]

## Questão 02 – Adaptada pelo Professor de uma Questão FGV – Concurso Analista - 2015

O Município de “*Tão Tão Distante*” desapropriou o imóvel de João Silva, localizado em área imprópria para habitação, por conta de elevado índice de emissão de poluentes pelas indústrias localizadas na região, o que trazia graves implicações à saúde da população, inclusive com o nascimento de crianças com malformação genética.

O ato expropriatório previa a criação de um Parque Ecológico, mas o Município, que já havia incorporado o bem ao patrimônio público, cedeu seu uso para a implantação de um centro de pesquisa para transgênicos, de grande importância para a produção agrícola municipal.

João da Silva, então, buscou sua orientação jurídica quanto às seguintes questões:

- a) O que significa tredestinação do bem desapropriado? [0,4]
- b) A atuação do Município de “*Tão Tão Distante*” pode ser considerada lícita? [0,4]
- c) Haveria direito à retrocessão do bem ou a eventuais perdas e danos para o seu cliente? [0,45]

*Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.*

## Questão 03 – Adaptada pelo Professor de uma Questão CESPE - 2015

O restaurante Limpinho LTDA, representado por Marcos Santana, OAB/BA n.º 123, com endereço profissional na Rua A, ed. Alfa, sala 456, Salvador – BA, ajuizou ação ordinária em face do Município X, onde alegou que fora lavrada contra o Autor notificação de interdição de obra — construída sem o devido licenciamento, em área pública lindeira com o restaurante —, com fixação de multa e aviso de demolição.

Na ação, o autor alegou que a notificação fora entregue durante o horário do almoço, o que ocasionou grandes constrangimentos, já que o restaurante estava cheio e os servidores públicos responsáveis pela notificação estavam vestidos com camisetas nas quais constava, em letras de fôrma, a palavra FISCALIZAÇÃO.

Ademais, após ter lido a notificação na íntegra, o Autor informara-se de que a área construída seria objeto de demolição em quarenta e oito horas, o que motivou a alegação de que a demolição do imóvel não seria razoável, ou seja, seria desproporcional e abusiva.

De acordo com o Autor, embora a construção tivesse sido realizada sem alvará, havia, em andamento, um projeto de lei cujo objetivo é autorizar e legalizar as obras construídas em áreas públicas da localidade em questão. Com base nessa argumentação, requereu-se judicialmente a anulação dos autos de infração, a aplicação de multa diária ao município e sua condenação por danos morais em valor a ser fixado pelo juiz.

Ao receber a petição inicial, o juiz determinou a citação do Município X e concedeu tutela de urgência na qual decretava a nulidade dos autos de infração, sob o fundamento de que a medida não estava amparada em decisão judicial, e condenava liminarmente o município ao pagamento de R\$ 100.000 (cem mil reais) a título de danos morais. Por fim, o juiz determinou, ainda, a intimação da procuradoria do Município X.

O Prefeito do Município X procura você na qualidade de assessor jurídico municipal, para prestar os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual o recurso cabível no caso concreto para proteger os interesses do Município? Justifique sua resposta apontando o prazo processual e a competência para julgamento da demanda [0,65]
  
- b) A atuação dos fiscais pode ser considerada lícita? Justifique. [0,6]

*Necessário que o candidato justifique a sua resposta. A mera menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.*

## Questão 04 – Criada pelo Professor

Telésforo e sua família compraram uma casa de praia vizinha a um terreno de propriedade da Autarquia Federal PREVIDEZ. Neste terreno, Telésforo construiu uma ampla área de lazer para sua casa.

Após 25 anos de pacífica e mansa ocupação do imóvel, Telésforo recebe uma notificação da Autarquia PREVIDEZ pleiteando a desocupação do imóvel. Considerando esta situação hipotética, responde aos seguintes questionamentos:

- a) O terreno em questão poderá ser considerado um bem público? [0,45]
- b) Telésforo poderá adquirir este bem por usucapião? [0,40]
- c) Acaso precise desocupar o bem, Telésforo precisará pagar alguma indenização para a Autarquia PREVIDEZ? [0,40]

## Considerações Finais

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, estou à disposição dos senhores nos canais do curso ou nos seguintes contatos:



profigormaciел@gmail.com



@Prof Igor Maciel

Aguardo vocês na próxima aula.

Grande abraço e até lá!

**Igor Maciel**